



**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE:
PROTEÇÕES CONTRA A DESINFORMAÇÃO**

EIXO TEMÁTICO: GT 3 - Desinformação e iniquidades em Ciência e Saúde;

Vozes que Resistem: Comunicação Comunitária e Desastre do Petróleo

Voices That Resist: Community Communication and the Oil Disaster

Thaynã Karen dos Santos Lira – Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz (IAM/Fiocruz)¹

José Erivaldo Gonçalves – Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz (IAM/Fiocruz)²

Nathalie Alves Agripino – Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz (IAM/Fiocruz)³

Mariana Olívia Santana dos Santos – Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz (IAM/Fiocruz)⁴

Idê Gomes Dantas Gurgel – Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz (IAM/Fiocruz)⁵

Modalidade: Pôster

Resumo: O direito à comunicação está inserido no campo permeado por disputas, onde vozes institucionalizadas são privilegiadas em detrimento de outras. Observa-se este cenário durante o desastre-crime do petróleo de 2019, que além dos impactos socioambientais, as comunidades pesqueiras enfrentaram o silenciamento midiático. Diante disso, essa pesquisa teve como objetivo mapear as estratégias de comunicação comunitária desenvolvidas por pescadores e lideranças em Pernambuco durante esse contexto. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratório, realizada entre novembro de 2024 e janeiro de 2025. Os resultados indicam que, diante do silenciamento, as comunidades desenvolveram suas próprias formas de comunicação, fortalecendo a participação coletiva na busca pelo enfrentamento dos problemas enfrentados. Esse trabalho contribui para a reflexão da necessidade de outros modelos comunicacionais, que permitam a participação das comunidades na construção e compartilhamento das informações, sendo ela, um elemento essencial para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Comunicação 1; disseminação de informação 2; meio ambiente 3.

Abstract: The right to communication is situated within a field marked by disputes, where institutionalized voices are privileged to the detriment of others. This scenario was evident during the 2019 oil disaster-crime, in which, beyond the socio-environmental impacts, fishing communities faced media silencing. In response, this research aimed to map the community communication strategies developed by fishers and local leaders in Pernambuco during this context. This is a qualitative and exploratory study, conducted between November 2024 and January 2025. The results indicate that, in the face of silencing, communities developed their own communication methods, strengthening collective participation in confronting the challenges they faced. This work contributes to the reflection on the need for alternative communication models that enable community participation in the construction and sharing of information—an essential element for the exercise of citizenship.

Keywords: Communication 1; dissemination of information 2; environment 3.

1 INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, o exercício do direito à comunicação está inserido em um campo permeado por tensões e disputas, sobretudo no que se diz respeito à atuação da mídia tradicional (Baldiessa, 2009; Grigoletto, 2005). Em sua estrutura tende a privilegiar e naturalizar vozes institucionais como fontes legítimas de informação, ao mesmo tempo em que as comunidades subalternizadas são sistematicamente excluídas e marginalizadas no campo comunicacional (Grigoletto, 2005).

Podemos observar essa estrutura durante o desastre-crime do derramamento de petróleo ocorrido em 2019, que atingiu gravemente as comunidades pesqueiras do litoral nordestino (Santos *et al.*, 2024). Além disso, por manterem uma relação intrínseca com a natureza, os impactos afetaram não apenas a saúde, mas os modos de vida e subsistência dessas populações (Santos *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2022; Grzebieluka, 2012).

Simultaneamente a esse cenário, a mídia tradicional supriu esforços em retratar os impactos gerados nos setores do turismo e na economia, enquanto minimizou ou compartilhou informações incompletas sobre danos sofridos pelos(as) pescadores(as) artesanais (Intervozes, 2020; Silva *et al.*, 2022). Essa comunicação unilateral e institucionalizada contribuiu para a intensificação da falta de informações sobre a magnitude e efeitos do desastre sobre essas populações (Lemes, 2010; Intervozes, 2020).

É nesse contexto de exclusão e silenciamento midiático que a comunicação comunitária se reafirma como ferramenta de expressão e fortalecimento territorial (Peruzzo, 2006; Mattelart, 2009). Trata-se de um comunicar que surge do seio da

comunidade, sendo voltada para ela mesma, manifestando suas necessidades, interesses e sendo instrumento de resistência.

Diante disso, este trabalho teve como objetivo mapear as estratégias de comunicação comunitária desenvolvidas por pescadores e lideranças comunitárias em Pernambuco durante o desastre-crime do derramamento de petróleo de 2019. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e caráter exploratório, o estudo foi realizado entre os meses de novembro de 2024 e janeiro de 2025.

Os resultados indicam que as comunidades desenvolveram suas próprias estratégias de comunicação durante o desastre, o que contribuiu para o fortalecimento da participação comunitária para resolução dos problemas que enfrentaram.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Referencial teórico

Essa pesquisa está fundamentada no conceito da comunicação como direito humano, conforme discutido por Peruzzo (2006). A autora fornece subsídios para a análise das estratégias de comunicação ao problematizar a perspectiva que reduz a comunicação apenas ao acesso à informação.

2.2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e caráter exploratório, o estudo foi realizado entre os meses de novembro de 2024 e janeiro de 2025. A pesquisa qualitativa tem como preocupação o estudo e análise do mundo empírico em seu ambiente natural, valorizando o contato do pesquisador com o ambiente/situação a ser estudada (Godoy, 1995). No que se refere ao caráter exploratório, este tende a contribuir para a descobertas de novas concepções, aumentando o grau de objetividade da pesquisa (Piovesan & Temporini, 1995).

2.3 Procedimentos de coleta e análise dos dados

A pesquisa foi desenvolvida com oito comunidades pesqueiras localizadas nos municípios litorâneos de Pernambuco. Os critérios de seleção se deram por terem seus modos de subsistência atrelados à pesca artesanal, residirem em

territórios impactados pelo desastre e serem participantes do Curso de Formação de Agentes Populares em Saúde das Águas, realizado entre os anos de 2024 a 2025.

Durante a formação realizou-se uma atividade para o mapeamento, onde primeiramente foi debatido o conceito de comunicação comunitária e após a explanação, foi proposto que as participantes identificassem as estratégias de comunicação utilizadas durante o desastre, através das seguintes perguntas: 1) Quais são/foram as estratégias de comunicação? 2) Quais informações vocês compartilham/compartilharam?.

No que se refere a organização e sistematização das informações para análise, foi elaborada uma planilha no programa Google Excel. As respostas da pergunta 2), foram agrupadas em três categorias: a) Informações cotidianas/populares; b) Informações de interesse social; c) Informações políticas e sociais.

2.4 Resultados e discussão

O mapeamento das estratégias de comunicação, utilizadas pelas comunidades no contexto do desastre-crime do derramamento de petróleo, revelou uma diversidade de ferramentas adotadas no território. O aplicativo de mensagens instantâneas, WhatsApp, destacou-se como a principal ferramenta digital, sendo mencionado por 33,3% (N=8) das participantes.

Em seguida, as estratégias de comunicação comunitárias ganham destaque, o boca a boca, sendo conhecido pela troca de informações de forma direta e espontânea, apareceu em 25,9% (N=6). As colônias/associações e os meios de comunicação que possuem som, foram citados por 11,15% (N=3) das participantes. Já os cartazes e a categoria “outros” (ligações e fofoca), foram referidos por 7,4% (N=2) (Tabela 1).

Tabela 1 - Estratégias de comunicação utilizadas pelas comunidades

Estratégias de comunicação	Nº de comunidades (entre 8)
WhatsApp	33,3% (N=8)
Boca a boca	25,9% (N=6)

**SEMINÁRIO: EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SAÚDE: PROTEÇÕES CONTRA A
DESINFORMAÇÃO
SALVADOR – 29, 30 e 31 de julho de 2025**

Colônia/Associação	11,1% (N=3)
Rádios comunitárias	7,4% (N=2)
Cartazes	7,4% (N=2)
Carro de som / moto som	11,1% (N=3)
Outros	7,4% (N=2)

Fonte: Autores, 2025

As ferramentas digitais, como o WhatsApp, têm ganhado relevância nos movimentos sociais, sobretudo, por seu alcance e aceitação entre diversas faixas etárias (Fjeldsoe; Marshall; Miller, 2009). Neste estudo, o aplicativo foi citado por 33,3% (N=8) das participantes, como principal meio de troca de informações.

Segundo dados do levantamento TIC domicílios 2022, cerca de 36 milhões no Brasil ainda não possuem acesso a internet, e em sua maioria, são pessoas negras que residem em regiões periféricas, o que evidencia os reflexos da desigualdade social. Nesse contexto, Peruzzo (2007) destaca que o ambiente digital é um elemento essencial para o exercício da cidadania e a liberdade de comunicação, cercados pelo impedimento das desigualdades de renda, escolaridade e infraestrutura.

Diante das limitações de acesso às tecnologias digitais por parte das populações e comunidades subalternizadas, ou pelo silenciamento da mídia em não noticiar suas necessidades, outras práticas comunicacionais têm ganhado destaque. Como podemos observar, neste estudo as estratégias de comunicação comunitária se mostraram mais relevantes, sendo elas: boca a boca (25,9%; N=6), o uso de carro/moto som (11,1%; N=3), cartazes (7,4%; N=2) e rádios comunitárias (7,4%; N=2).

Conforme Peruzzo (2006) essas práticas estão alinhadas na forma de expressão de segmentos subalternizados da população, e tendem por potencializar a participação direta dos cidadãos na esfera pública comunicacional contemporânea. Assim, quando a elite assume o controle majoritário dos grandes meios de comunicação, a quebra dessa lógica se dá pelo povo, compartilhando informações através dos seus próprios meios e códigos (Gimenez, 1979).

Podemos observar essa situação durante o desastre-crime do derramamento de petróleo em 2019, quando a mídia centralizou seus esforços em retratar os

impactos causados à elite econômica e políticas (governo, comércio, turismo), enquanto silenciava as vozes das comunidades pesqueiras afetadas (Intervozes, 2020; Silva *et al.*, 2022; Santos *et al.*, 2022).

Nesse contexto, as comunidades pesqueiras não foram consideradas “relevantes” para serem noticiadas, evidenciando o caráter segregador da mídia, negando visibilidade e voz a aqueles que não pertencem às classes hegemônicas que os meios comunicacionais representam (Lima & Leite, 2020).

Esse cenário evidencia uma contraposição ao direito à comunicação defendido por Peruzzo (2006), que o compreende não apenas pelo direito a se informar, mas também ao acesso pleno aos meios de comunicação como emissor e produtor de informações. Elemento esse historicamente invisibilizado pela mídia, que ao priorizar os discursos da elite, segrega e exclui as comunidades, como foi visto no desastre (Intervozes, 2020).

Na contramão dos impactos do evento, que foram silenciados pela mídia, as comunidades protagonizaram a circulação de conteúdos urgentes em seus territórios. De acordo com os dados analisados, os conteúdos estão organizados em três categorias principais, apresentadas a seguir (Tabela 2).

Tabela 2 - Conteúdos compartilhados pelas comunidades

Categoria	Descrição / Conteúdos principais
a) Informações Cotidianas/populares	Notícias sobre falecimentos, festas locais, comércio informal, fofocas
b) Informações de interesse social	Conteúdos sobre concursos, saúde, educação, meio ambiente, impactos do desastre
c) Informações políticas e sociais	Temas de violência, feminicídios, desvalorização das mulheres, denúncias políticas

Fonte: Autores, 2025

A presença das discussões da categoria A, expressa que mesmo no contexto de crise, as comunidades continuam a divulgar notícias cotidianas que as interessam. Isso reforça a compreensão que o direito à comunicação, não está restrito a esferas institucionais, mas, em sua essência possui a divulgação da realidade e acontecimentos da própria localidade (Peruzzo, 2006).

Além disso, pesquisas indicam que estratégias de comunicação comunitária, como a rádio comunitária, desempenham um papel essencial na regionalização da produção, ao possibilitar que a própria comunidade fale para ela mesma (Agência Brasil, 2023). Esse aspecto está evidenciado na categoria A, representando o “falar de dentro”.

Outro elemento relevante é o compartilhamento de informações em saúde, meio ambiente e outros, conforme identificado na categoria B, esse dado revela a preocupação e compromisso da comunidade em noticiar informações de alto impacto social. Em contextos marcados pela ausência do Estado e pelo silenciamento midiático, como o vivido durante o desastre-crime do derramamento de petróleo, essas informações passam a suprir a carência das lacunas deixadas pela mídia nacional (Suzina, 2022, Intervozes, 2020).

Por fim, a categoria C evidencia o papel da comunicação comunitária como instrumento de resistência e denúncia. Observa-se que temas voltados a mulheres ganham destaque, sobretudo em contextos de violência e desigualdades (Tabela 2).

Segundo o Intervozes (2020) durante a cobertura do desastre de sete veículos, apenas um se referiu às mulheres, utilizando-se a categoria “marisqueira”. Esse dado é ainda mais alarmante quando se considera que 49% da pesca do Brasil é composta por mulheres (Brasil, 2023). Além do silenciamento dos seus corpos reproduzidos pela cobertura durante o desastre, as mulheres pescadoras também recebem menos que os homens, mesmo desenvolvendo uma dupla jornada de trabalho (Carvalho *et al.*, 2024; Ufmg, 2023).

Com este mapeamento, evidencia-se a necessidade de pensar novas estruturas comunicacionais que considerem os modos de vida e os territórios desses sujeitos. Torna-se fundamental incentivar o conceito de comunicação como direito, discutido por Peruzzo (2006), bem como fortalecer as estratégias de comunicação, reconhecendo o seu potencial de contribuir para a ampliação da cidadania pelo processo de fazer comunicação, seja ela de maneira alternativa, popular e comunitária.

3 CONCLUSÕES/ CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades constroem, historicamente, alternativas para ampliação do direito à comunicação por meio da comunicação comunitária. No contexto do desastre-crime do derramamento de petróleo, essas estratégias se mostraram

essenciais diante do silenciamento e invisibilização sofridos por essas comunidades pela grande mídia, tornando-se um elemento de superação e resistência.

Por fim, esse trabalho contribui para a reflexão da necessidade de outros modelos comunicacionais, que permitam a participação das comunidades na construção e compartilhamento das informações, sendo ela, um elemento essencial para o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS:

AGÊNCIA BRASIL. **Jornalismo comunitário atua contra "desertos de notícias"**. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/jornalismo-comunitario-atua-contra-desertos-de-noticias>. Acesso em: 24 maio 2025.

BALDISSERA, R. **Comunicação, organizações e comunidade: disputas e interdependências no (re) tecer as culturas**. In: CONGRESSO BRASILEIRO CIENTÍFICO DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, 3., 2009.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Brasil tem mais de 1 milhão de pescadores profissionais e 49% são mulheres**. Brasília: MPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-mais-de-1-milhao-de-pescadores-profissionais-e-49-sao-mulheres>. Acesso em: 24 maio 2025.

CARVALHO, N.; SILVA, P.; MOURA, G.; NOGUEIRA, F. **Social capital and women's earnings in traditional fisheries: Evidence from the Campos Basin (State of Rio de Janeiro, Brazil)**. *Marine Policy*, v. 159, 105049, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2024.105049>. Acesso em: 24 maio 2025.

CGI.br – COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **TIC Domicílios 2024: indicadores**. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 24 maio 2025.

FJELDSOE, B. S.; MARSHALL, A. L.; MILLER, Y. D. **Intervenções para mudança de comportamento realizadas por meio de serviço de mensagens curtas por celular**. *American Journal of Preventive Medicine*, v. 36, n. 2, p. 165–173, 2009.

GIMÉNEZ, G. **Notas para uma teoria da comunicação popular**. *Cadernos CEAS*, Salvador: CEAS, n. 61, p. 57–61, maio/jun. 1979.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 2, p. 57–63, 1995.

GRIGOLETTO, E. **Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito.** In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/silenciamento-e-desinformacao-mar-cam-atingidos-pelos-crimes-da-vale/>. Acesso em: 15 abr. 2011.

GRZEBIELUKA, D. **Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras.** *Revista Geografar*, v. 7, n. 1, p. 116–137, 2012.

INTERVOZES. **Vozes silenciadas: a cobertura do vazamento de petróleo na costa brasileira.** São Paulo: Intervozes, 2020. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

LEMES GOMES, J. V. **Reflexões frankfurtianas sobre o impacto dos meios de comunicação de massa.** *CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, n. 10, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17152>. Acesso em: 22 maio 2025.

LIMA, N. Q. de; LEITE, P. P. de O. **A mídia e o discurso segregador que silencia.** *Le Monde Diplomatique Brasil*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-midia-e-o-discurso-segregador-que-silencia/>. Acesso em: 24 maio 2025.

MATTELART, A. **A construção social do direito à comunicação como parte integrante dos direitos humanos.** *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/rbcc.v32i1.236>. Acesso em: 24 maio 2025.

PERUZZO, C. M. K. **Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública.** *Revista de Saúde Pública*, v. 29, n. 4, p. 318–325, 1995.

PERUZZO, C. M. K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania.** *Lumina*, v. 1, n. 1, 2007.

SANTOS, M. et al. **Oil Spill in Brazil—Analysis of Vulnerabilities and Socio-Environmental Conflicts.** *BioChem*, v. 2, n. 4, p. 260–268, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2673-6411/2/4/18>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SANTOS, M. et al. **Vulnerabilidades socioambientais na pesca artesanal: desafios e conquistas para territórios saudáveis e sustentáveis em**

Pernambuco. *Saúde em Debate*, 2024. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/8718>. Acesso em: 24 maio 2025.

SILVA, L. I. M. da et al. **O derramamento de petróleo no litoral pernambucano a partir das narrativas do *Jornal do Commercio***. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 16, n. 4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v16i4.3279>. Acesso em: 7 mar. 2025.

SUZINA, A. C. **A comunicação popular e comunitária face à pandemia e às mudanças climáticas**. In: *Reivindicar el cambio: comunicación popular, comunitaria y ciudadanía en América Latina*. 2022. p. 137.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). ***Pesca tradicional reproduz desigualdade de gênero no trabalho, conclui estudo coordenado pela UFMG***. 2023. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/pesca-tradicional-reproduz-desigualdade-de-genero-no-trabalho-conclui-estudo-coordenado-pela-ufmg>. Acesso em: 24 maio 2025.